

Conselho confirma nome indicado por Bolsonaro para comandar a Petrobras

Conselho aprova indicação de Andrade à frente da Petrobras

Resultado no colegiado da empresa foi sete votos a três. Haverá "nova dinâmica na questão dos combustíveis", diz Bolsonaro

Em reunião extraordinária, o conselho de administração da Petrobras aprovou, ontem, o nome de Caio Paes de Andrade para presidir a estatal. Foram sete votos a favor e três contrários. Ele também foi aprovado para integrar o colegiado. Andrade é o quarto presidente da estatal no governo Jair Bolsonaro. A data da posse ainda não havia sido anunciada.

Antes dele, presidiram a Petrobras Roberto Castello Branco, Joaquim Silva e Luna, general da reserva do Exército, e José Mauro Ferreira Coelho, que pediu demissão no último dia 20, após 67 dias no cargo. Ontem, as ações preferenciais da estatal fecharam em alta de 6,43% e as ordinárias (com direito a voto), em 6,75%.

A troca se dá em meio a fortes críticas e pressões por parte do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de seus aliados à alta dos combustíveis neste ano. Os aumentos ameaçam a popularidade de Bolsonaro às vésperas das eleições de outubro, nas quais tentará um novo mandato.

Ontem, Bolsonaro disse que Andrade dará "nova dinâmica na questão dos combustíveis".

– Tudo vai ser analisado na base da lei, sem querer mexer no canetação na Lei das Estatais, sem querer interferir em nada, mas com muito respeito e muita responsabilidade – afirmou o presidente.

Aliados do governo federal usam a ameaça de instalar uma CPI da Petrobras para pressionar por mudanças na Lei das Estatais que ampliem a ingerência política em empresas públicas e afrouxem restrições a indicações de partidos.

Recentemente, o presidente afirmou que o novo plano diretivo da Petrobras iria analisar a política de preços da companhia e, eventualmente, alterá-la.

No conselho de administração, votaram a favor de Andrade os cinco conselheiros da União e dois representantes de acionistas minoritários. Outros três conselheiros votaram de forma contrária: dois minoritários e a que representa os funcionários, Rosângela Buzanelli. A Petrobras informou a decisão à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e destacou que os mandatos, tanto de conselheiro quanto



Em razão da alta dos preços, petrolífera tem sido alvo de intensas pressões de Bolsonaro, que busca a reeleição

ICMS menor e mal-estar entre Estados

O governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, anunciou ontem que o Estado está aplicando imediatamente a redução da alíquota de ICMS da gasolina de 25% para 18%, após o presidente Jair Bolsonaro ter sancionado, na sexta-feira, o teto na cobrança do imposto estadual sobre os combustíveis.

Ao criticar o veto presidencial à compensação financeira dos Estados, Garcia informou que a redução do tributo nas vendas do combustível representa perda de arrecadação, em base anualizada, de R\$ 4,4 bilhões, o que vai comprometer investimentos em áreas estratégicas, incluindo saúde e educação. O governador disse que a expectativa é de queda de R\$ 0,48, para abaixo de R\$ 6,50, do preço da gasolina na bomba dos postos paulistas.

O anúncio causou mal-estar entre os Estados que buscam saída jurídica conjunta para a lei que fixou o teto ao ICMS. A ação de Garcia, que busca a reeleição, foi vista como eleitoreira e abriu dissidência entre as unidades da federação, segundo o jornal Estadão.

Reunião

Os secretários de Fazenda aguardam o resultado da reunião de hoje com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Gilmar é relator de ação apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro pedindo para que sejam suspensas todas as leis estaduais que tratam de ICMS incidente sobre combustíveis.

Segundo uma fonte que participa das negociações, a avaliação entre os Estados é de que São Paulo se precipitou e acabou prejudicando as demais unidades da federação com o governador de olho na sua reeleição.

Procuradorias de 22 Estados entendem que os governadores precisam enviar às Assembleias projetos para fazer a mudança aprovada pelo Congresso.

de presidente, têm prazo até a próxima assembleia ordinária de acionistas da empresa, marcada para 13 de abril de 2023.

Reajustes

Andrade não terá a caneta em mãos para segurar novos ajustes de preços. Para ter sucesso em postergar aumentos para depois das eleições em outubro, como espera o governo federal, terá de convencer os membros da atual diretoria ou aguardar a renovação completa dos indicados do governo ao conselho de administração da estatal, o que pode levar meses.

Só assim conseguirá selecionar a dedo uma nova liderança executiva da petrolífera e garantir maioria para aprovar pautas desejadas pelo Executivo e, com isso, atrasar eventuais aumentos nas bombas de combustíveis.

Fontes próximas da estatal consultadas pelo jornal Estadão avaliam que Andrade deverá tentar segurar novo ajuste ao menos até as eleições. Embora tenha essa possibilidade, uma fonte que conhece de perto as regras da empresa diz que o trâmite não é simples.

O perfil

• Caio Paes de Andrade é formado em comunicação social pela Universidade Paulista, pós-graduado em administração e gestão pela Universidade de Harvard e mestre em administração de empresas pela Universidade Duke

• Em agosto de 2020, assumiu o cargo de secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, onde coordenou a elaboração da plataforma gov.br

• Entre 2019 e 2020, foi presidente



Andrade

do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)

• Na iniciativa privada, atuou na área de tecnologia de informações e no mercado imobiliário, além de ser fundador e conselheiro do Instituto Fazer Acontecer

• Também é membro do conselho de administração da Embrapa e da Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), estatal que administra o óleo lucro da União em campos produtores do pré-sal. Aí reside seu único contato mais claro com o setor de óleo e gás

Assim, se Andrade seguir esse caminho, terá de elaborar uma documentação provando que não houve prejuízos ao mercado financeiro ou aos acionistas com o adiamento do reajuste. Se não conseguir, poderá até mesmo ser questionado na Justiça "na pessoa física".

A possibilidade de postergar a política de paridade de preços internacionais existe devido

a regra interna da companhia. De acordo com a política da Petrobras, a paridade internacional tem de ser alcançada em um período de 12 meses, disse uma fonte próxima da companhia, que falou sob condição de anonimato. Segundo ela, em teoria, a empresa pode passar um tempo abaixo da paridade com o Exterior, apostando que terá a oportunidade de recuperar essa defasagem no futuro.

Ex-presidente de estatal diz que celular "incrimina" Bolsonaro

Um ex-presidente da estatal diz que o celular dele foi usado para enviar mensagens a Bolsonaro. O texto afirma que o aparelho foi usado para enviar mensagens a Bolsonaro, o que teria sido usado para incriminá-lo. O texto também menciona que o aparelho foi usado para enviar mensagens a Bolsonaro, o que teria sido usado para incriminá-lo.



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Estatal **Página:** 8 e 14